



## Prefeitura Municipal

LEI Nº 967/94 de 06 de Julho de 1994.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA  
O EXERCÍCIO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HUMBERTO MAIA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL  
DOS CAMPOS, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte  
Lei:

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exer-  
cício de 1995, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e en-  
tidades da Administração direta e indireta, assim como a execução obedecerá as  
diretrizes estabelecidas pela presente Lei:

Art. 2º - A elaboração da Proposta Orçamentária do Municí-  
pio para o exercício de 1995, obedecerá as diretrizes constantes desta Lei, sem  
prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal:

1º - O montante das despesas não poderá ser superior  
ao das receitas.

2º - As unidades orçamentárias, inclusive a Câmara Mu-  
nicipal projetarão suas despesas correntes a preço de julho de 1994, conside-  
rando os aumentos ou as diminuições de serviços que se fizerem necessárias re-  
metendo-as ao Poder Executivo Municipal até o dia 15 de agosto do ano em curso  
a fim de ser elaborada a proposta Orçamentária para o próximo exercício.

3º - As estimativas das receitas serão feitas a preço  
de julho de 1994, considerando-se a tendência do presente exercício.

4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade  
sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados sem que haja um motivo  
que justifique a paralisação.

5º - O pagamento do serviço da dívida pessoal e de en-  
cargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

6º - O Município aplicará no mínimo 25% de sua receita  
resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme  
determina o Artigo 212 da Constituição Federal.

### 7º - DA SEGURIDADE SOCIAL

1 - O Município prestará assistência social a quem de  
la necessitar, independente de contribuição à seguridade social, tendo como  
objetivo a proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice;

2 - Os recursos destinados a atender a seguridade so-  
cial serão transferidos pela União, pelo Estado e pelo Município.





## Prefeitura Municipal

3 - O Município aplicará no mínimo 10% da receita resultante de impostos na área de saúde, consoante Legislativo em vigor.

8º - Suprimido

Art. 3º - O Poder Executivo fundamentado na capacidade financeira do Município, executará as prioridades relacionadas no Anexo I, desta Lei; seguindo sua sequência e as orçará a preço de julho de 1994.

Parágrafo Único - Poderão ser incluídos no orçamento programas não alocados nesta Lei, desde que financiados com recursos de outras esferas do Governo.

Art. 4º - Suprimido.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas do Governo para desenvolvimento de programas prioritários.

Art. 6º - As despesas de pessoal não poderão ultrapassar 65% da receita corrente (atendendo ao disposto no Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias).

1 - Entende-se como receitas Correntes para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das receitas correntes provenientes da arrecadação própria e transferências governamentais, excluídas as receitas oriundas de convênios.

2 - Suprimido.

Art. 7º - Suprimido.

Art. 8º - O Orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional de acordo com a Legislação em vigor.


Art. 9º - O Poder Executivo enviará até o dia 30 de outubro o Projeto de Lei Orçamentário à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir, para sanção.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, 06 de Julho de 1994.

  
Humberto Maia Alves  
Prefeito

A presente Lei foi publicada e registrada na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, em 06 de Julho de 1994.

  
Maria Aleir dos Santos  
Funcionária

